

Aula Extra

Curso: Contabilidade

Professor: Felipe Araújo

1. Auditor – TCE AM - FGV/2021

Página

1.	Comentários da Prova Auditor Técnico de Controle Externo – FGV/2021
	3

Siga o professor nas redes sociais e tenha acesso a dicas de Contabilidade e de concursos:

Facebook: <https://www.facebook.com/professorfeliphearaujo/>

Instagram: [@feliphearaujoprofessor](https://www.instagram.com/feliphearaujoprofessor)

Youtube: [Prof. Felipe Araújo](https://www.youtube.com/c/ProfFelipeAraujo)

Telegram: <https://t.me/feliphearaujo>

Conte conosco e Firmeza nos Estudo (FÉ)!

Abraço!

Felipe Araújo

1. Comentários da Prova Auditor Técnico de Controle Externo – FGV/2021

01. (FGV/Auditor Técnico de Controle Externo – TCE-AM/2021)

41

Em um processo licitatório com cinco participantes, a empresa Alfa foi a vencedora. A empresa Beta, uma das outras participantes do processo, acionou judicialmente a empresa Alfa sob a alegação de que esta havia combinado preços com as demais concorrentes para vencer o certame. Além de solicitar o cancelamento do processo licitatório, a empresa Beta pleiteia uma indenização de R\$ 500 mil. O departamento jurídico da empresa Alfa considera que seja possível uma saída de recursos relativa a esse processo.

Considerando apenas essas informações e as disposições do Pronunciamento CPC 25, ao elaborar suas demonstrações contábeis ao final do exercício, a empresa Alfa:

- (A) deve aguardar o trânsito em julgado do processo para reconhecer a provisão;
- (B) deve divulgar a situação em nota explicativa, pois se trata de uma obrigação possível;
- (C) deve reconhecer uma provisão no valor de R\$ 500 mil, dada a probabilidade considerada no processo;
- (D) deve efetuar um depósito judicial no valor pleiteado e divulgar os efeitos;
- (E) não fará nenhuma divulgação em relação a essa situação, pois não se trata de uma obrigação provável.

Resolução:

Quando a probabilidade de perda é possível, a empresa não contabiliza o fato, apenas divulga em notas explicativas.

Com isso, o gabarito é a letra B.

Vamos analisar os erros das demais alternativas:

- a) Não necessita de trânsito em julgado para reconhecer a provisão. Além disso, a provisão não deve ser reconhecida.
- c) A provisão não deve ser reconhecida, pois a probabilidade de perda é possível.
- d) não há informação de depósito judicial na questão e, nos casos de provisão, nem sempre é necessário depósito judicial.
- e) Quando a probabilidade de perda é possível, a empresa não contabiliza o fato, apenas divulga em notas explicativas.

Gabarito 1: B.

02. (FGV/Auditor Técnico de Controle Externo – TCE-AM/2021)

42

A Cia. Gama é uma empresa que opera equipamentos pesados em suas atividades. Um dos principais equipamentos em operação foi adquirido em 01/01/2015 pelo valor de R\$ 2,5 milhões. Conforme especificações do fabricante e padrão de operação da Cia. Gama, foi estimada uma vida útil de 12 anos para o equipamento, com depreciação pelo método linear e valor residual de 4% do valor de aquisição. Ao completar o sexto ano de operação, a Cia. Gama revisou a vida útil e o valor residual do equipamento, em decorrência de alterações no padrão operacional, por meio de uma consultoria especializada. O laudo de revisão indicou uma vida útil restante de 8 anos, com valor residual reduzido para R\$ 80 mil.

Com essas mudanças de estimativas, o valor contábil líquido do equipamento ao completar 7 anos de operação será de:

- (A) R\$ 1.220.000;
- (B) R\$ 1.147.500;
- (C) R\$ 1.067.500;
- (D) R\$ 1.060.000;
- (E) R\$ 980.000.

Resolução:

Cálculo da depreciação acumulada **antes** da reavaliação do valor residual:

$$\text{Valor depreciável} = 2.500.000 - 4\% \times 2.500.000$$

$$\text{Valor depreciável} = 2.500.000 - 100.000 = 2.400.000$$

$$\text{Depreciação acumulada no final do 6º ano} = 2.400.000 \times 6 / 12 \text{ anos}$$

$$\text{Depreciação acumulada no final do 6º ano} = \mathbf{R\$ 1.200.000,00}$$

$$\text{Valor contábil no final do 6º ano} = \text{Custo} - \text{Depreciação acumulada}$$

$$\text{Valor contábil no final do 6º ano} = 2.500.000 - 1.200.000$$

$$\text{Valor contábil no final do 6º ano} = \mathbf{R\$ 1.300.000,00}$$

Cálculo da depreciação acumulada **depois** da reavaliação do valor residual:

$$\text{Depreciação do 7º ano} = (1.300.000 - 80.000) / 8 \text{ anos} = \mathbf{R\$ 152.500,00}$$

1. Após a reavaliação do valor residual (passou a ser zero), o valor depreciável é igual a outro valor que substitua o custo (valor contábil do final do 6º ano) menos o valor residual.

2. A nova vida útil é de 8 anos.

$$\text{Valor Contábil Líquido no final do 7º ano} = 1.300.000 - 152.500$$

$$\text{Valor Contábil Líquido no final do 7º ano} = \mathbf{R\$ 1.147.500}$$

Gabarito 2: B.

03. (FGV/Auditor Técnico de Controle Externo – TCE-AM/2021)

43

De acordo com o Pronunciamento CPC 24, eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis incluem todos os eventos ocorridos até a data em que é concedida a autorização para a emissão das demonstrações contábeis. Alguns desses eventos originarão ajustes nas demonstrações contábeis, mas outros não.

Um exemplo de evento subsequente ocorrido após o final do período contábil a que se referem as demonstrações contábeis e que não gera ajuste é:

- (A) falência de cliente;
- (B) declínio do valor justo de investimentos;
- (C) decisão ou pagamento em processo judicial;
- (D) determinação do valor referente ao pagamento obrigatório de participação nos lucros;
- (E) obtenção de informação que indique que um ativo estava desvalorizado ao final daquele período contábil.

Resolução:

CPC 24 – Eventos Subsequentes

Evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis que originam ajustes

8. A entidade deve ajustar os valores reconhecidos em suas demonstrações contábeis para que reflitam os eventos subsequentes que evidenciem condições que já existiam na data final do período contábil a que se referem as demonstrações contábeis.

9. A seguir são apresentados exemplos de eventos subsequentes ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis que exigem que a entidade ajuste os valores reconhecidos em suas demonstrações ou reconheça itens que não tenham sido previamente reconhecidos:

(a) decisão ou pagamento em processo judicial após o final do período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, confirmando que a entidade já tinha a obrigação presente ao final daquele período contábil. A entidade deve ajustar qualquer provisão relacionada ao processo anteriormente reconhecida de acordo com o CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes ou registrar nova provisão. A entidade não divulga meramente um passivo contingente porque a decisão proporciona provas adicionais que seriam consideradas de acordo com o item 16 do CPC 25;

(b) obtenção de informação após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, indicando que um ativo estava desvalorizado ao final daquele período contábil ou que o montante da perda por desvalorização previamente reconhecido em relação àquele ativo precisa ser ajustado. Por exemplo: (Alterada pela Revisão CPC 12)

(i) falência de cliente, ocorrida após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, normalmente confirma que houve perda por redução ao valor recuperável no crédito no final do período de relatório; e (Alterado pela Revisão CPC 12)

(ii) venda de estoque após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis pode proporcionar evidência sobre o valor de realização líquido desses estoques ao final daquele período;

(c) determinação, após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, do custo de ativos comprados ou do valor de ativos recebidos em troca de ativos vendidos antes do final daquele período;

(d) determinação, após o período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, do valor referente ao **pagamento de participação nos lucros** ou referente às gratificações, no caso de a entidade ter, ao final do período a que se referem as demonstrações, uma obrigação presente legal ou construtiva de fazer tais pagamentos em decorrência de eventos ocorridos antes daquela data (ver CPC 33 – Benefícios a Empregados); e

(e) descoberta de fraude ou erros que mostram que as demonstrações contábeis estavam incorretas.

Evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis que não originam ajustes

10. A entidade não deve ajustar os valores reconhecidos em suas demonstrações contábeis por eventos subsequentes que são indicadores de condições que surgiram após o período contábil a que se referem as demonstrações.

11. Um exemplo de evento subsequente ao período contábil a que se referem as demonstrações contábeis que não origina ajustes é o declínio do valor justo de investimentos ocorrido no período compreendido entre o final do período contábil a que se referem as demonstrações e a data de autorização de emissão dessas demonstrações. O declínio do valor justo não se relaciona normalmente à condição dos investimentos no final do período contábil a que se referem as demonstrações contábeis, mas reflete circunstâncias que surgiram no período seguinte. Portanto, a entidade não deve ajustar os valores reconhecidos para os investimentos em suas demonstrações contábeis. Igualmente, a entidade não deve atualizar os valores divulgados para os investimentos na data do balanço, embora possa necessitar dar divulgação adicional conforme o item 21. (Alterado pela Revisão CPC 03)

Portanto, o gabarito é a letra B.

Gabarito 3: B.

04. (FGV/Auditor Técnico de Controle Externo – TCE-AM/2021)

44

Em matéria de análise das demonstrações contábeis, os índices de liquidez refletem a capacidade de pagamento de uma entidade em relação às suas obrigações.

Um dos índices de liquidez mais restritivos é o que apura a liquidez seca, pois:

- (A) considera apenas as disponibilidades;
- (B) considera o ativo realizável em longo prazo;
- (C) considera obrigações de curto e longo prazo;
- (D) exclui do cálculo o valor dos estoques;
- (E) exclui do cálculo o valor dos recebíveis.

Resolução:

Índice que analisa a capacidade de a empresa saldar suas dívidas de curto prazo (passivo circulante) com os recursos de curto prazo que dispõe, porém, desconsiderados os estoques, que é um elemento patrimonial de menor liquidez no ativo circulante.

$$\text{Liquidez Seca} = \frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques} - \text{Despesas Antecipadas}}{\text{Passivo Circulante}}$$

A banca vem adotando a fórmula acima nas suas últimas provas.

Diante disso, a liquidez seca exclui do seu cálculo os estoques.

Gabarito 4: D.

05. (FGV/Auditor Técnico de Controle Externo – TCE-AM/2021)

45

Na estrutura de apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) há uma série de gastos que devem ser classificados como despesas operacionais.

Um exemplo de item classificável nesse grupo é:

- (A) custo dos serviços prestados;
- (B) devoluções e abatimentos;
- (C) mão de obra operacional;
- (D) pesquisa e publicidade;
- (E) variações monetárias e cambiais.

Resolução:

As despesas operacionais vêm após o lucro bruto.

Vamos analisar cada alternativa:

a) O custo dos serviços prestados vem antes do lucro bruto e não é despesa operacional.

- b) Devoluções e abatimentos são deduções da receita de vendas, logo, não são despesas operacionais.
- c) A mão de obra operacional é uma despesa operacional. Logo, o gabarito é a letra C.
- d) A despesa com publicidade é operacional. Porém, a despesa com pesquisa é do tipo "outras despesas".
- e) As variações monetárias e cambiais são despesas financeiras.

Gabarito 5: C.

Boa sorte e Firmeza nos Estudos (FÉ)!

Siga o professor nas redes sociais e tenha acesso a dicas de Contabilidade e de concursos:

Facebook: <https://www.facebook.com/professorfeliphearaujo/>

Instagram: [@feliphearaujoprofessor](https://www.instagram.com/feliphearaujoprofessor)

Youtube: [Prof. Felipe Araújo](https://www.youtube.com/ProfFelipeAraujo)

Telegram: <https://t.me/feliphearaujo>

Conte conosco e Firmeza nos Estudo (FÉ)!

Abraço!

Felipe Araújo